

Memórias da prisão política sob o regime de Vargas

Marcelo Badaró Mattos*

Em 3 de março de 1936, Graciliano Ramos foi preso em sua casa, em Maceió. Passou os meses seguintes sendo transferido, de prisão em prisão, das Alagoas para Pernambuco, e de lá para o Rio de Janeiro. Dez anos depois começou a escrever suas *Memórias do Cárcere*, que deixaria praticamente concluídas quando de sua morte em 1953, ano em que sua viúva as publicou. No primeiro capítulo do livro explica que seu maior esforço foi o de apresentar os personagens reais com os quais conviveu naquelas prisões: “Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos.”¹

É justamente tal esforço que parece marcar os melhores momentos desse clássico da literatura brasileira. Como no capítulo em que Graciliano descreve o último contato com um capitão que visitava diariamente sua cela no quartel de Recife em que ficou detido nas primeiras semanas após sua prisão. Após transmitir a Graciliano e seu companheiro de detenção que eles seriam transferidos, o Capitão Lobo ofereceu a Graciliano uma quantia em dinheiro, para que esse se prevenisse dos infortúnios seguintes e pudesse ajudar à família. Graciliano é surpreendido pela oferta, que não aceita, mas tira do episódio uma revisão de suas concepções sobre a humanidade:

“Realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, eu continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza. Eu passaria a vida a considerar todos os bichos egoístas – e ali me surgia uma sensibilidade curiosa, diferente das outras, pelo menos uma nova aplicação do egoísmo, vista na fábula, mas nunca percebida na realidade. Para descobri-la não era muito aguentar algumas semanas de cadeia”²

* Professor do departamento de História da UFF e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ.

¹ Ramos, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo, Círculo do Livro, sd., p. 24.

² *Ibidem*, idem, p. 86.

Graciliano era um literato, que no balanço de seus tempos de cadeia, apesar de toda a injustiça, violência e arbitrariedade envolvida em sua prisão e magnificamente denunciada na obra, conseguia encontrar positividade no encontro com uma humanidade que ele imaginava impossível. Humanidade que se manifestava na ação de homens e mulheres que ele conheceu na prisão – prisioneiros políticos, prisioneiros comuns e até alguns de seus carcereiros.

Já Apolônio de Carvalho era um jovem oficial militar em inícios de 1936, quando também foi preso, em decorrência de sua militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Sessenta anos depois escreveu suas memórias, narrando uma vida plena de lutas pela causa da transformação social. Da experiência de prisão nos cárceres de Vargas, Apolônio também guardou uma avaliação positiva, associada a sua socialização política, que o levaria a tornar-se um militante comunista.

Em suas memórias Apolônio relata como encontrou, na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, um ambiente totalmente organizado pelos revolucionários de 1935, que incluía o controle sobre um pátio interno do presídio, batizado de Praça Vermelha:

“Nela se alfabetizavam alguns soldados.

Nela nos aplicávamos em exercícios físicos.

Nela nos instruíamos na arte militar, que grande era o número de oficiais detidos (...).

Nela tínhamos cursos de política, debates sobre a realidade brasileira, palestras sobre os levantes militares, conferências sobre a conjuntura internacional.

Nela, em comemorações a datas históricas, organizavam-se manifestações, desfiles militares, discursos em palanques improvisados, as récitas do poeta Colbert Malheiros (...)³

Daí que para aquele tenente, a prisão possa ter tido um elemento positivo de descoberta de figuras e referências que seriam fundamentais para sua vida posterior. Foi lá, inclusive, que Apolônio se aproximou definitivamente e veio a ingressar no PCB.

³ Carvalho, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997, p. 63.

Em suas palavras: “na prisão abre-se para mim um mundo de revelações”.⁴

Nem os memorialistas nem o historiador podem querer dizer com isso que a experiência prisional naquele período foi um momento em si positivo. Após o Levante da ANL, em 1935, as estimativas são de que o governo Vargas teria levado cerca de 35 mil pessoas para as cadeias por motivos políticos. Muitos deles, como o próprio Graciliano, nunca sofreram um processo formal. Entre os que sofreram, pela via da Lei de Segurança Nacional (1935), até o fim do primeiro governo, o Tribunal de segurança Nacional julgou 6.998 processos, referentes a mais de 10 mil pessoas, e condenou 4.099 delas.⁵ Somente na Colônia Correcional de Dois Rios (Ilha Grande, Rio de Janeiro), talvez o mais famoso dos presídios da época a receber presos políticos, o grande número de presos após o levante da ANL fez com que a população carcerária saltasse de 298 detentos em 1935 para 1.388 em 1936.⁶

Sobre essa violência de Estado no período do primeiro governo Vargas, há relativo acúmulo historiográfico, focado especialmente na aprovação de uma legislação de exceção voltada para os chamados crimes políticos – a Lei de Segurança Nacional, de 1935 – bem como para a sofisticação de uma aparato policial repressivo – a polícia política –, que se não foi “inventado” por Vargas, passou por várias redefinições que ampliaram em muito sua área de atuação.⁷

Os próprios militantes, muitos dos quais estariam depois registrando a experiência da prisão em memórias, na época concentraram seus esforços, de dentro e de fora das cadeias de Vargas, a denunciar as prisões arbitrárias, a superlotação carcerária e a tortura sistemática a que eram submetidos os presos políticos.⁸

⁴ Idem, *ibidem*, p. 67.

⁵ Rose, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. Huggins, Martha K. *Polícia e política. Relações EUA/América Latina*. São Paulo, Cortéz, 1998.

⁶ Santos, Myrian Sepúlveda dos, *Os porões da República. A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*, Rio de Janeiro, Faperj/Garamond, 2009, p. 215.

⁷ Ver por exemplo, além dos já citados, Campos, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro, Achiamè, 1982. Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1988. Pinheiro, Paulo Sérgio. *A estratégia da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. Sobre o histórico dos órgãos de polícia política, tratamos do tema em Mattos, Marcelo Badaró (e outros). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*, Rio de Janeiro, Faperj/Aperj, 2003.

⁸ Os arquivos da polícia política carioca estão repletos de panfletos denunciando as condições das prisões políticas. Ver por exemplo, “Presos políticos da Detenção dirigem-se ao Sr. Getúlio Vargas”,

Esta comunicação sintetiza conclusões preliminares de uma pesquisa em andamento sobre as memórias escritas por militantes de esquerda que foram presos durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, combinando a análise dos textos literários (de literatos reconhecidos, como Graciliano, ou de militantes distantes da carreira literária, como Apolônio), com a pesquisa em outras fontes primárias sobre a experiência prisional naquele período, particularmente nos presídios que abrigaram maior número de presos políticos, como o de Fernando de Noronha, ilha localizada no estado de Pernambuco e os da Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro.

Longe de valorizar acriticamente tais relatos, o que se coloca para a pesquisa que embasa esta comunicação é um conjunto de questões fundamentais: como entender que experiências tão dramáticas quanto às do encarceramento por motivos políticos possam ser anos ou décadas depois avaliadas como contendo, em maior ou menor grau, algum nível de positividade, quer do ponto de vista do reconhecimento do humano ou da formação política? O que motivou tantos daqueles militantes que passaram pelos cárceres do primeiro governo Vargas a transformarem em livros suas memórias, fossem eles escritores profissionais ou não?

O fato de boa parte das memórias terem sido escritas nos anos compreendidos entre as ditaduras do Estado Novo e a ditadura militar e algumas outras no período da ditadura militar, inclusive por militantes que passaram pela cadeia nos dois momentos (o exemplo mais emblemático é o de Gregório Bezerra⁹), nos leva a problematizar as motivações de seus autores em relação não apenas à experiência dos anos de prisão, como também aquela referentes ao período posterior.

Assim, é possível perceber, por exemplo, que as memórias escritas ainda sob vigência do Estado Novo, aquelas que não tiveram sobre si o peso da tarefa partidária e as que se referiram ao período anterior a 1935, são mais carregadas da denúncia da violência e arbitrariedade do cárcere. Já as que foram escritas em meio a ditadura militar, sob encomenda partidária, tenderam a heroicizar de forma mais explícita a militância comunista. O peso das diretrizes partidárias, inclusive, levou a que

Rio de Janeiro, Diretório Nacional da ANL, 1936 (Fundo DESPS, Folhetos apreendidos pelo DESPS, 247) e “Aos marítimos e portuários do Brasil... faz mais de um ano que grande número de brasileiros dignos estão sofrendo horrores na Colônia Correccional de Dois Rios”, Rio de Janeiro, Grupo de Defesa dos Marítimos e Portuários do Brasil, 1936.

⁹ Bezerra, Gregório, *Memórias*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979/1980, 2 vols.

determinados militantes postergassem a publicação de seus escritos memorialísticos, como é reconhecido no caso do próprio Graciliano.

Refletindo sobre essas combinações, a pesquisa vem se pautando por algumas hipóteses sobre as relações complexas entre textos e contextos (da experiência vivida e do momento do relato literário). Entre elas, destaco aqui as seguintes.

As experiências com a repressão política e, particularmente, o encarceramento, durante o primeiro governo Vargas, foram elementos fundamentais na formação de toda uma geração de militantes que se aproximou do comunismo através da Aliança Nacional Libertadora e ingressou efetivamente no PCB durante ou após a experiência prisional.

Durante o período 1945-1964, a publicação de memórias sobre aquela experiência respondeu a uma série de impulsos, como: o de valorização do caráter “heroico” daquela geração militante; o de denúncia da base ditatorial a partir da qual se construiu a força política do trabalhismo e do Vargasismo; o de ressaltar a solidariedade e a humanidade como valores que podem emergir em situações extremas como a da violenta privação da liberdade; e, mais especialmente, o de resgate da memória da experiência ditatorial de forma a evitar sua repetição.

Mas, como não se evitou o retorno à ditadura, no pós-1964, particularmente no período da chamada “transição política”, foram publicadas novas memórias de prisioneiros do governo Vargas, muitos deles novamente encarcerados pela ditadura empresarial-militar, em grande medida pelas mesmas motivações anteriores. Porém, após tão longa quebra da institucionalidade democrático-representativa, tais memórias procuravam também cumprir o papel de (re)credenciar aqueles militantes e suas organizações como legítimos representantes da classe trabalhadora e das lutas populares no Brasil.

De qualquer forma, é possível encontrar alguns elementos comuns ao conjunto das memórias escritas sobre ou incluindo a experiência da prisão política no primeiro governo Vargas. Um deles é a convicção de que havia uma correlação direta e necessária entre uma perspectiva de vida revolucionária e o enfrentamento da repressão, incluindo a prisão. Um primeiro deles é um grande orgulho da militância, que se estende a um certo orgulho de ter sido alvo da repressão do Estado, entendida como um reconhecimento da devoção incondicional à causa política revolucionária. Ser preso era algo que se devia esperar e estar preparado para enfrentar como mais uma consequência,

ou mesmo mais uma tarefa, da militância. Patrícia Galvão, escritora modernista, na época companheira de Oswald de Andrade e militando no PCB – primeiro em Santos e depois no Rio de Janeiro – relatou em uma memória escrita ainda no período do Estado Novo, sem intenções imediatas de publicação (publicada só após a sua morte), suas várias passagens pelos cárceres getulistas. Ao relatar a primeira prisão, Pagu descreve vários dos sofrimentos pelos quais passou, mas destaca que, segundo a concepção de militância que na época a movia, tudo isso era secundário:

“Era a primeira vez que me encontrava realmente em prisão, num ambiente que não conhecia. A minha roupa estava em farrapos e o meu corpo, duro de frio, doía, doía tanto...

Não vou relatar aqui os sofrimentos por que se passa numa prisão de mulheres. Faria uma má descrição e os sofrimentos físicos só foram sentidos na hora. A gente se esquece deles. Eu principalmente. A prisão não tinha importância para mim, a não ser no que se referia à paralisação do trabalho começado. Sempre pensei que na cadeia também se podia lutar. Atormentava-me a falta de comunicação, a ausência de notícias dos companheiros. Não sentia nenhuma humilhação. E no fundo, talvez sentisse alegria com o sofrimento que era proporcionado por minha luta.”¹⁰

Outro elemento comum às diversas memórias é a associação entre tudo aquilo que poderia haver de positivo naquela experiência – da limitação da violência da repressão e da experiência carcerária, aos momentos de formação política e de aprendizado com a solidariedade humana – ao elevado nível de organização dos militantes de esquerda, com os comunistas à frente.

Agildo Barata era militar, esteve envolvido com o tenentismo ainda no fim dos anos 1920, participou do movimento que levou Vargas ao poder para, anos seguintes afastar-se dele, tomando parte na chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932. Preso em seguida àquele movimento, deixou o país, exilando-se em Portugal, para retornar em 1933, engajando-se mais tarde na ANL, já próximo do PCB. Estava cumprindo pena no 3o. Regimento de Infantaria, por sua militância pela ANL no interior

¹⁰ Galvão, Patrícia, *Paixão Pagu*, Rio de Janeiro, Agir, 2005, pp. 90-91.

do Exército, quando eclodiram os levantes de Natal e Recife. Liderou o levante de algumas horas naquela unidade, sendo em seguida preso. Permaneceu no cárcere pelos 10 anos seguintes.

O relato de Barata (escrito em 1962) é bastante claro ao denunciar as arbitrariedades da repressão, a começar pelo encarceramento dos militantes políticos em prisões comuns, o que seria seguido pela violência das torturas e privações de direitos a que seriam submetidos: “Já no dia seguinte à derrota armada Getúlio e sua canalha começaram a espezinhar os vencidos e a inaugurar, no Brasil, o mais odioso regime de crimes, torturas, espancamentos e violências com os presos políticos e seus familiares.”¹¹

Barata também é explícito e didático ao descrever a organização dos prisioneiros de esquerda em torno de um organismo dirigente, algo que não era específico de uma determinada prisão, mas configurava-se em uma característica geral de todos os presídios em que foram encarcerados os presos políticos de esquerda:

“Um dos aspectos mais característicos da vida presidiária dos presos políticos de esquerda é a existência do 'Coletivo'. Tão depressa são encarcerados, os esquerdistas passam a organizar o Coletivo. Este organismo passa, então, a coordenar as atividades dos presos políticos de esquerda e a representá-los nas inevitáveis relações com as administrações dos presídios. Mais que isso: o Coletivo organiza aulas e cursos, zela pela disciplina interna, mantém a unidade entre os presos, impedindo que os carcereiros utilizem a força que possuem para mais oprimir os presos se estes se apresentarem desunidos.(...)

O Coletivo, entre nós, sempre foi um organismo democrático: os cinco membros de sua diretoria eram mensalmente eleitos. E podemos afirmar: de 1935 a 1945 o único lugar onde havia democracia, no Brasil, e onde se realizavam eleições era nos presídios políticos onde a ditadura confinava os presos políticos da esquerda.”¹²

¹¹ Barata, Agildo, *Vida de um revolucionário (memórias)*, 2a. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 303.

¹² Idem, *ibidem*, pp. 310-311.

A organização política no cárcere seria destacada em todas as demais memórias de militantes sobre a experiência da prisão política sob o regime de Vargas. Esse parece ter sido inclusive o fator central que levou diversos deles a definitivamente ingressarem no PCB a partir da prisão. Difícil avaliar o quanto isso decorreu da experiência formativa, no sentido em que Apolônio de Carvalho a descreveu no trecho já citado de suas memórias, ou do sentimento de encontrar esperança para a humanidade nos gestos simples de solidariedade nos momentos mais extremos a que a situação da privação de liberdade poderia submeter aqueles homens e mulheres.

A experiência da prisão por motivos políticos foi recorrente ao longo do período republicano brasileiro, particularmente nas fases ditatoriais do primeiro governo Vargas e na ditadura empresarial-militar iniciada em 1964. De certa forma, ela não foi totalmente superada, permanecendo em dimensões bem menores no período de democracia representativa, como o demonstra o fato de existirem diversos militantes hoje encarcerados no Brasil, não propriamente por sua participação em ações específicas, mas principalmente pelo estigma associado à militância social em movimentos como o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Por outro lado, a violência ilegal e imoral da tortura sistemática, se não foi inventada pela ditadura varguista, por certo foi aperfeiçoada como instrumento de Estado naqueles anos. Hoje, porém, ela continua sendo empregada em milhares de delegacias e prisões brasileiras, como método de “investigação” e, principalmente, como instrumento de desumanização daqueles que são encarcerados neste país.

As memórias dos militantes presos durante o primeiro governo Vargas podem ter sido escritas sob diferentes impulsos: o objetivo da denúncia das arbitrariedades e violências de um regime ditatorial; a necessidade da propaganda dos ideais de transformação social e da forma organizativa capaz de levá-los adiante, o partido; ou mesmo com o objetivo de resgatar o sentido de humanidade escondido na vida cotidiana, mas que surge onde menos se espera nos momentos extremos como o da experiência prisional. Quaisquer que fossem seus objetivos, entretanto, aqueles livros de memórias nos trazem à lembrança valores fundamentais, como a repulsa ao autoritarismo das ditaduras, a condenação à tortura e a esperança na capacidade transformadora dos homens e mulheres.